

EDITORA  
OMNIS SCIENTIA



**A PROFISSIONALIZAÇÃO  
DO TRABALHO DOCENTE:  
AS EXPERIÊNCIAS CONSTRUÍDAS  
NO ESTADO DO CEARÁ, EM  
MEADOS DO SÉCULO XX**

**Volume 1**

**Organizador**  
Francisco das Chagas de Loiola Sousa

EDITORA  
OMNIS SCIENTIA



**A PROFISSIONALIZAÇÃO  
DO TRABALHO DOCENTE:  
AS EXPERIÊNCIAS CONSTRUÍDAS  
NO ESTADO DO CEARÁ, EM  
MEADOS DO SÉCULO XX**

**Volume 1**

**Organizador**  
Francisco das Chagas de Loiola Sousa

Editora Omnis Scientia

**A PROFISSIONALIZAÇÃO DO TRABALHO DOCENTE: AS EXPERIÊNCIAS  
CONSTRUÍDAS NO ESTADO DO CEARÁ, EM MEADOS DO SÉCULO XX**

Volume 1

1ª Edição

TRIUNFO - PE

2022

## **Editor-Chefe**

Me. Daniel Luís Viana Cruz

## **Organizador**

Francisco das Chagas de Loiola Sousa

## **Conselho Editorial**

Dr. Cássio Brancaleone

Dr. Marcelo Luiz Bezerra da Silva

Dra. Pauliana Valéria Machado Galvão

Dr. Plínio Pereira Gomes Júnior

Dr. Walter Santos Evangelista Júnior

Dr. Wendel José Teles Pontes

## **Editores de Área - Ciências Humanas**

Dr. Antônio Nolberto de Oliveira Xavier

Dr. Cássio Brancaleone

Dr. José Edvânio da Silva

Dr. Santiago Andrade Vasconcelos

## **Assistente Editorial**

Thialla Larangeira Amorim

## **Imagem de Capa**

Freepik

## **Edição de Arte**

Vileide Vitória Larangeira Amorim

## **Revisão**

Os autores



**Este trabalho está licenciado com uma Licença Creative Commons – Atribuição-NãoComercial-SemDerivações 4.0 Internacional.**

**O conteúdo abordado nos artigos, seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores.**

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)  
Lumos Assessoria Editorial  
Bibliotecária: Priscila Pena Machado CRB-7/6971

P964 A profissionalização do trabalho docente : as experiências  
construídas no estado do Ceará, em meados do século XX  
: volume 1 [recurso eletrônico] / organizador Francisco  
das Chagas de Loiola Sousa. — 1. ed. — Triunfo : Omnis  
Scientia, 2022.  
Dados eletrônicos (pdf).

Inclui bibliografia.  
ISBN 978-65-5854-885-0  
DOI: 10.47094/978-65-5854-885-0

1. Professores - Ceará - Formação. 2. Educação e  
Estado. 3. Políticas educacionais. 4. Prática de ensino.  
I. Sousa, Francisco das Chagas de Loiola. II. Título.

CDD22: 370.71

**Editora Omnis Scientia**

Triunfo – Pernambuco – Brasil

Telefone: +55 (87) 99656-3565

[editoraomnisscientia.com.br](http://editoraomnisscientia.com.br)

[contato@editoraomnisscientia.com.br](mailto:contato@editoraomnisscientia.com.br)



*Dedico este livro a nosso Pai Celestial e a meus pais terrenos: João e Ana.*

*Dedico também à minha companheira eterna, Lygia.*

# APRESENTAÇÃO

A presente obra é parte integrante da nossa tese de doutorado, defendida no ano de 2006, na Universidade Federal do Ceará. Ela procura compreender e analisar situações do trabalho docente no Estado do Ceará, em meados do século passado, relativas ao processo de regulamentação do magistério público e particular, notadamente no período de redemocratização política do País, após o Estado Novo. De modo mais específico, discutiremos o *status* socioeconômico do professorado da rede primária e secundária, tendo por base a política salarial dos docentes.

Assim, para reconstruir o processo de profissionalização do trabalho docente no Ceará, procuramos conciliar e confrontar fontes oriundas de periódicos, principalmente de jornais locais, da legislação nacional e estadual e relatos de docentes da rede pública e particular, os quais exerceram magistério no período aqui estudado.

Nesta perspectiva, constatamos que o panorama da política educacional, pouco a pouco, reestruturou o trabalho docente. Nesse contexto, o *status* socioeconômico do professorado começou a se constituir negativamente.

Dentre os fatores que contribuíram diretamente para tornar precária as condições de trabalho no magistério público e particular, podemos destacar, como exemplo, o fato de que os investimentos no setor educacional, nesse período, não acompanharam, na mesma proporção, o aumento das matrículas no ensino primário e secundário.

# INTRODUÇÃO

Para nossa abordagem sobre a profissão docente, em meados do século XX, utilizaremos aqui uma compreensão de Estado como organismo político e administrativo que regula as profissões, isto é, um Estado que, mediante leis, decretos etc., impõe-se como instrumento regulador dos serviços e/ou bens coletivos. As políticas educacionais, neste caso, constituem elemento basilar na redefinição e/ou modelação da atividade docente.

Neste contexto, os profissionais da educação, a exemplo dos professores, em meados do século XX, procuravam aproximar, na medida do possível, os textos políticos (leis, decretos etc.) das suas histórias de vida, das suas experiências, valores, propósitos e interesses. O que esses profissionais pensavam e acreditavam traziam implicações diretas no processo de objetivação das políticas educacionais. Estes fatores, de ordem interpretativa, produzem efeitos e consequências significativas para as políticas efetivadas, e jamais seriam controlados pelos autores dos textos políticos, especialmente quando se trata de uma ocupação profissional em que as influências do mundo privado sobrepõem, por vezes, os interesses públicos.

De uma atividade que se desenvolveu, ao longo de sua história, no âmbito da vida privada, às vezes concomitantemente aos afazeres domésticos, o professorado tem procurado, através de lutas corporativas, reafirmar e garantir o direito à educação e dar novo *status* social a esta ocupação. Nesse sentido, a democratização do acesso à escola contribuiu diretamente para afirmar o caráter público do magistério e romper com a tradição doméstica (clientelista, personalista etc.) dos serviços educacionais. Essa intervenção dos poderes públicos no setor do ensino é um dos elementos para construir uma imagem pública da dimensão privada dessa atividade.(WANDERLEY, 1996)

A esse respeito, a nossa abordagem desenvolvida durante o curso de mestrado (SOUSA, 2002) constatou que a profissionalização das professoras no meio rural cearense, nas décadas 1980 e 1990, ocorreu ao mesmo tempo em que as escolas isoladas, geralmente funcionando nas residências das docentes, foram substituídas por grupos escolares construídos pelo Poder público municipal.

A transferência do trabalho para o grupo escolar, como um dos elementos da profissionalização do trabalho docente, garantiria a dedicação exclusiva das professoras ao ensino no horário previsto de aulas<sup>1</sup>, embora elas continuassem, em alguns casos, lecionando concomitantemente para mais de uma turma. Normalmente, a escola reunia numa mesma sala de aula duas turmas com alunos em idades escolares próximas:

---

1 Nas escolas isoladas, as professoras exerciam outras atividades além do ensino, como, por exemplo, preparar a merenda escolar, fazer a limpeza da sala de aula ou mesmo cuidar dos seus afazeres domésticos, concomitantemente ao exercício da docência. A dedicação exclusiva ao ensino a que estamos nos referindo aqui diz respeito, não ao que conhecemos como contrato de trabalho remunerado em tempo integral, mas ao fato de que as professoras, ao serem transferidas para os grupos escolares municipais, deixaram de exercer outras atividades de trabalho na escola além do ensino.

por exemplo, 1ª e 2ª séries; 3ª e 4ª séries. Entre os principais motivos da permanência do ensino multisseriado no grupo escolar figuravam a indisponibilidade de salas de aula e a insuficiência de professores para atender a crescente demanda escolar na rede municipal.

Além desse, outros fatores contribuíram igualmente para a profissionalização do magistério no meio rural cearense, na década 1990, como os cursos de qualificação pedagógica em nível médio e superior (de graduação e pós-graduação) e os concursos públicos para a efetivação das professoras no quadro permanente de servidores da prefeitura (SOUSA, *idem*).

A ampliação do acesso à escola, contudo - o que implicava diretamente no crescimento do aparato escolar e, igualmente, o aumento das oportunidades de trabalho para os professores - vai ocorrer de forma ambígua e, muitas vezes, contraditória, seja nas décadas 1940 e 1950, seja nas décadas 1980 e 1990.

As condições díspares de realização do ensino, seja na capital ou nas cidades do interior, constituíam obstáculos para que o trabalho docente edificasse o seu caráter público. As desigualdades extremas na qualidade da oferta dos serviços educativos, inclusive na própria rede de ensino estadual (entre o ensino primário e o secundário, por exemplo), associadas às relações clientelistas e/ou de favoritismo político no setor do ensino, davam o tom do processo de profissionalização do professorado cearense, em meados do século passado.

A abordagem de questões do mundo privado (como, por exemplo, as relações clientelistas) na análise do processo de profissionalização do trabalho docente ganhou maior importância para a nossa reflexão quando começamos a perceber que as influências pessoais, por vezes, determinavam os rumos das políticas educacionais. A esse respeito, é importante considerar a ideia de que os sujeitos interpretam os textos políticos (leis, decretos etc.) de acordo com as suas necessidades, tendendo a adequá-los às suas histórias de vida, às suas experiências, aos seus valores, aos seus propósitos e interesses particulares (MAINARDES, 2006).

Ao abordar questões como esta, a nossa intenção é identificar como se processou a relação público/privado a partir do exame de práticas sociais, especialmente no campo educacional, nas quais a nossa cultura política emerge. A educação, nesse sentido, é o lugar por excelência onde a relação público/privado ampliou suas dimensões, por agregar interesses diversos. Neste aspecto, a história do trabalho docente no Brasil e, particularmente, no Ceará, é rica em experiências que demonstram as imbricações do magistério com o mundo privado, ou seja, com as histórias pessoais dos docentes.

Na impossibilidade de operacionalizar uma abordagem mais ampla, a nossa investigação delimitou um recorte espacial, o Estado do Ceará, e temporal, dos anos 1940 aos anos 1960. Esses recortes espaço-tempo tornam-se importantes porque, de uma parte, ampliam as possibilidades de conhecer, com base em uma investigação regional/local, o modo como se concretizou o desenvolvimento do sistema escolar e do trabalho docente em

um período de “modernização” do País. Por outro lado, permite averiguar os efeitos das políticas educacionais nacionais em nosso Estado, particularmente àqueles vinculadas ao magistério.

Assim, para reconstruir o processo de profissionalização do trabalho docente no Ceará, procuramos conciliar e confrontar fontes oriundas de periódicos, principalmente de jornais locais, da legislação nacional e estadual e relatos de docentes da rede pública e particular, os quais exerceram magistério no período aqui estudado<sup>2</sup>.

A utilização de múltiplas fontes de pesquisa na reconstituição da história social do trabalho docente<sup>3</sup>, como é o nosso caso, torna-se importante por contrabalançar as nossas possíveis dúvidas quanto à confiabilidade das diversas fontes utilizadas na investigação (LE GOFF, 2002). Além disso, cada tipo de fonte nos impõe limites nas pesquisas, o que implica buscar complementações reflexivas necessárias para evitar conclusões apressadas, equivocadas ou teoricamente fragilizadas. É sempre bom dialogar com outras abordagens que tratam do assunto em foco.

Dentre as fontes de pesquisa utilizadas nesta investigação, os jornais e a legislação educacional impõem, de modo mais objetivo, uma análise dos fenômenos sociais para além da realidade local. No caso dos jornais, a possibilidade de confrontar ideias diferentes sobre determinado assunto e condensar, em uma mesma fonte de pesquisa, informações locais e nacionais, proporciona ao pesquisador condições mais favoráveis de generalizar as suas conclusões de pesquisa. Isto é possível porque o jornal

---

2 Foram entrevistados seis docentes: dois professores vinculados às escolas católicas, duas professoras efetivas da rede pública primária estadual e dois professores catedráticos do Liceu do Ceará, tendo um deles lecionado concomitantemente na Escola Normal. Os professores catedráticos do Liceu e as professoras da rede pública primária tiveram experiência como docentes também na rede de ensino particular. Entrevistar professores com experiência de magistério no Estado do Ceará, que atuaram naquele período, implicou algumas dificuldades. A primeira delas foi identificar quem são esses docentes. Para tanto, recorremos aos arquivos (livros de frequência, atas de reuniões etc.) de escolas públicas e particulares. Nessa tarefa, contamos também com a colaboração valiosa de antigos funcionários das referidas instituições de ensino, que forneceram pistas importantes sobre os docentes identificados nos documentos pesquisados, como, por exemplo, se estavam vivos ou não, onde residem atualmente etc. As listas antigas de telefones (constando nomes de pessoas e endereços residenciais) foram, igualmente, úteis para localizar os professores identificados nos documentos investigados. Além desta, deparamos com outras dificuldades para realizar as entrevistas com os docentes: a fragilidade da saúde dos professores, seus compromissos profissionais (para quem continuava trabalhando) e/ou ocupacionais, problemas com a memória etc. Em alguns casos, em face destas e de outras dificuldades, desistimos de entrevistar o docente.

3 A utilização de fontes diversas numa pesquisa não implica, necessariamente, o desenvolvimento de uma abordagem teórico-metodológica específica para analisar cada tipo de fonte, embora a escolha de um determinado documento sempre seja influenciada por uma teoria (FARIA FILHO, 1997).

não se limita a registrar os acontecimentos locais, pois tende a trazer para os leitores daquela cidade notícias de outras localidades, contendo uma noção de espacialidade, que traduzida em linguagem político-administrativa, típica de processos de edificação republicana como o nosso, cresce da esfera municipal à estadual, chegando a abarcar a nação e o plano internacional, sem descuidar de unidades menores como bairros, distritos, becos e lugares mais ermos. Nesse sentido, o jornal é simultaneamente local e universal em suas pretensões de bem informar. (CAVALCANTE, 2002, p.2).

As informações veiculadas, especialmente pelos jornais O Povo e O Estado, em nosso caso, possibilitaram acompanhar o debate sobre as reformas educacionais para além do discurso oficial. Esses, representantes das duas facções político-partidárias majoritárias no Estado do Ceará, nas décadas 1940 e 1950, nos proporcionaram o acesso a informações que raramente se poderia conseguir com outro documento histórico. Há que se considerar, contudo, as limitações das notícias jornalísticas, que devem ser questionadas e completadas com outras fontes da historiografia, bem como o seu papel ideológico político-partidário<sup>4</sup> que, por vezes, requer do pesquisador uma atenção redobrada na utilização de suas informações.

As entrevistas, como fonte oral, também proporcionam um tipo de evidência específica que, se bem conduzidas, podem render bons resultados às pesquisas. Esse tipo de fonte se torna interessante para a historiografia porque tanto pode esclarecer interrogações sobre determinados eventos históricos, preencher lacunas de outros documentos etc. quanto aguçar a curiosidade do pesquisador e levá-lo a outras fontes. Neste caso, é imprescindível para o pesquisador o auxílio de documentos,

para indicações de coisas que estão além do alcance da memória, para datas onde possam haver erros e para precisões que não poderá ou não irá conseguir com evidência oral. Ele precisará dos documentos para enriquecer e informar seu questionamento, para permitir aos mortos falarem aos vivos e, aos vivos, falarem aos mortos. (SAMUEL, 1990, p.237).

---

4 A ideologia, inerente a qualquer processo de produção e difusão das ideias, sempre traz conflito ou disputa política. No caso da notícia jornalística, a ideologia expressa “as intenções políticas e partidárias desenhadas pelos proprietários ou conselhos editoriais dos jornais”. (CAVALCANTE, 2002, p.04). Seja contra ou a favor da política situacionista, os jornais podem ajudar bastante na compreensão da história política de um país, de um estado ou de uma cidade. Escrita para um público situado num determinado tempo e espaço, tais notícias, na medida em que se afastam do tempo presente, revelam novos vestígios que devem ser confrontados com outras fontes históricas. Vistas à distância do fervor político no qual foram escritas, essas fontes ganham outras perspectivas e sentidos. No que diz respeito à compreensão e análise do sistema de ensino e do trabalho docente, as informações desse tipo de periódico contêm um valor inestimável para o entendimento da trama sociopolítica no setor da educação.

As reminiscências sobre determinados períodos históricos são importantes para o historiador (re) compor, a partir de uma versão narrada pelas próprias personagens da história, o seu quadro de análise com base em registro subjetivo (THOMPSON, 1987). O pesquisador, porém, deve tomar alguns cuidados específicos com o manuseio de documentos produzidos com as entrevistas. Em primeiro lugar, devemos ter consciência de que as histórias narradas, em geral, tendem a demonstrar o passado de acordo com o que pensamos no presente e o que pretendemos ser, pois “não são representações exatas de nosso passado, mas trazem aspectos desse passado e os moldam para que se ajustem às nossas identidades e aspirações atuais”. (THOMSON, 1997, p.57). Tais considerações são importantes porque nos chamam a atenção para o fato de que, ao lidarmos com o passado, sempre procuramos interpretá-lo com o olhar de hoje, ou seja, reconstruímos um “passado presentificado”. (FLORES, 2000, p.147).

Por mais que o historiador procure se aproximar do passado, tendo em mente preservar os significados originais das ideias e dos contextos políticos específicos de cada época, ele jamais poderá se isentar dos paradigmas contemporâneos em suas investigações. O que de fato ele pode e deve fazer é procurar amenizar as influências desses paradigmas na leitura do passado que, de acordo com o contextualismo linguístico de Skinner<sup>5</sup>, exigirá do pesquisador uma boa dose de erudição e consciência histórica (JASMIN, 2005).

Essa condição temporal do informante e da testemunha da história, bem como do próprio pesquisador, redimensiona a percepção do problema em estudo. A distância temporal, neste caso, nos impõe olhar diferente sobre os fenômenos sociais de determinada época. Esses cuidados, porém, não tornam menos importante ou menos válido o testemunho oral como fonte de pesquisa histórica, o qual contribui para dar voz e visibilidade às experiências de vida geralmente excluídas das narrativas historiográficas ou pouco valorizadas por elas.

Para efeito de organização e exposição, o presente trabalho está dividido em cinco capítulos. O primeiro capítulo aborda o *status* econômico e social da atividade docente, em meados do século XX

O capítulo dois dá continuidade à análise da profissão docente, tendo como foco principal o perfil socioeconômico do professorado em face do crescimento da rede escolar secundária.

Com esse intuito, procuramos discutir o *status* socioeconômico do professorado cearense a partir da política salarial. A esse respeito, constatamos que o reconhecimento social do professor no ensino secundário não tinha relação direta com a sua formação pedagógica, e muitos deles sequer cursaram faculdade de Filosofia para se habilitar como professor do ensino médio. Em relação ao salário, os professores do ensino secundário do sistema público e particular do Ceará tiveram, ao contrário do que se pensava, seu poder aquisitivo reduzido no período entre 1946/1947 e 1957/1958.

---

5 As abordagens contextualistas de Quentin Skinner se inspiram na filosofia da linguagem de Wittgenstein e na linguagem ordinária de John Austin (cf. JASMIN, 2005).

Neste caso, a condição econômica e social diferenciada daqueles professores tinha origem em diversos fatores, como, por exemplo, exercer a atividade docente em mais de uma escola, ocupar cargo de diretor nos estabelecimentos de ensino, além de desempenhar outras funções remuneradas paralelamente ao magistério, como era o caso dos profissionais liberais.

O capítulo três amplia a leitura sobre o processo de profissionalização dos professores ao analisar as políticas de institucionalização do sistema de ensino primário no estado do Ceará, em meados do século XX.

Nesta perspectiva, o capítulo quatro aborda a relação entre o público e o privado como espaços de profissionalização do trabalho docente, destacando os vínculos entre história pessoal e história profissional no magistério.

O quinto, e último capítulo, analisa as trajetórias de professores cearenses, procurando entender as interconexões da vida profissional com a vida privada dos docentes por nós entrevistados. Neste sentido, a pesquisa vai demonstrar que o reconhecimento social no magistério era uma combinação entre investimento pessoal (formação escolar e pedagógica), competência profissional, reformas educacionais e as influências pessoais e político-partidárias.

No plano geral, constatamos que o reconhecimento social do magistério dependia tanto das influências pessoais (como as indicações de parentes próximos, amigos e políticos para as funções docentes) como também do empenho individual de cada docente na sua profissionalização (como, por exemplo, o investimento em cursos de qualificação, demonstrar competências e aptidões no fazer pedagógico etc.), das condições socioeconômicas do professor e de sua história de vida (os percursos de formação e de trabalho peculiar a cada sujeito).

# SUMÁRIO

<b>CAPÍTULO 1.....</b>	<b>15</b>
<b>O STATUS ECONÔMICO E SOCIAL DA ATIVIDADE DOCENTE, EM MEADOS DO SÉCULO XX</b>	
<b>DOI: 10.47094/978-65-5854-885-0/15-20</b>	
<b>CAPÍTULO 2.....</b>	<b>21</b>
<b>A ATIVIDADE DOCENTE E A MUDANÇA DO PERFIL SOCIOECONÔMICO DO PROFESSORADO EM FACE DO CRESCIMENTO DA REDE ESCOLAR SECUNDÁRIA</b>	
<b>DOI: 10.47094/978-65-5854-885-0/21-37</b>	
<b>CAPÍTULO 3.....</b>	<b>38</b>
<b>AS POLÍTICAS DE INSTITUCIONALIZAÇÃO DO SISTEMA DE ENSINO PRIMÁRIO NO ESTADO DO CEARÁ: A CENTRALIDADE DA DOCÊNCIA</b>	
<b>DOI: 10.47094/978-65-5854-885-0/38-47</b>	
<b>CAPÍTULO 4.....</b>	<b>48</b>
<b>O PÚBLICO E O PRIVADO COMO ESPAÇOS DE PROFISSIONALIZAÇÃO DO TRABALHO DOCENTE</b>	
<b>DOI: 10.47094/978-65-5854-885-0/48-56</b>	
<b>CAPÍTULO 5.....</b>	<b>57</b>
<b>TRAJETÓRIAS DE PROFESSORES CEARENSES: OS VÍNCULOS ENTRE A VIDA PESSOAL E A VIDA PROFISSIONAL</b>	
<b>DOI: 10.47094/978-65-5854-885-0/57-82</b>	

## O STATUS ECONÔMICO E SOCIAL DA ATIVIDADE DOCENTE, EM MEADOS DO SÉCULO XX

Tratar da regulamentação do trabalho docente implica, inevitavelmente, abordar questões sobre o contexto sociopolítico e administrativo do período histórico por nós abordado. Com este intuito, teceremos a seguir alguns comentários acerca do período de transição política, particularmente no Estado do Ceará, imediatamente após o Estado Novo.

O fim do regime político autoritário de Getúlio Vargas não coincidiu exatamente com o fim da Segunda Guerra Mundial e a sua saída do Poder, em 1945<sup>6</sup>. O período de transição política a partir de então ocorreu de forma lenta e gradativa<sup>7</sup>. No Ceará, até 1947, ainda vigorava o sistema intervencionista no qual os estados da Federação estavam subordinados ao Poder Central, sob o regime de governo instituído pelo Decreto-Lei nº 1.202, de 8 de abril de 1939<sup>8</sup>:

Art. 2º A administração do Estado a cargo do Interventor ou Governador;

Art. 3º O Interventor, brasileiro nato, maior de 25 anos, será nomeado pelo Presidente da República.

Art. 4º O prefeito do município, brasileiro nato, maior de 21 anos e menor de 68, será de livre nomeação e demissão.

Art. 5º Ao Interventor, ou Governador, e ao Prefeito, cabe exercer as funções executivas e, em colaboração com o Departamento Administrativo, legislar nas matérias de competência do Estado e dos Municípios enquanto não se constituírem os respectivos órgãos legislativos.

Art. 13 O Departamento Administrativo será constituído de 4 a 6 membros, brasileiros natos, maiores de 25 anos, nomeados pelo Presidente da República<sup>9</sup>.

---

6 Getúlio Dornelles Vargas deixou a Presidência da República em 29 de outubro de 1945.

7 Entre 30 de outubro de 1945 e 31 de janeiro de 1946, José Linhares, Presidente do Supremo Tribunal Federal, assumiu a Presidência da República. O novo presidente, Eurico Gaspar Dutra, eleito em 2 de dezembro de 1945, tomou posse em 31 de janeiro de 1946 e governou até 31 de janeiro de 1951.

8 O Artigo 12 (Ato das Disposições Constitucionais Transitórias) da Constituição Federal de 1946 determinava que: “Os Estados e os Municípios, enquanto não se promulgarem as Constituições estaduais, e o Distrito Federal, até ser decretada a sua lei orgânica, serão administrados de conformidade com a legislação vigente na data da promulgação deste Ato”.

9 “Enquanto não forem outorgadas as constituições estaduais, estados e municípios serão administrados na conformidade do estatuto da Carta Magna de 10 de novembro e o Decreto-lei nº 1.202, de 8 de abril de 1939, modificado pelo Decreto-lei nº 5.511, de 21 de novembro de 1942. De acordo com esses diplomas legais, são órgãos da administração do Estado do Ceará: a) Interventor Federal; b) Conselho Administrativo, que preenche nessa transição política da realidade brasileira as funções do poder legislativo, pois é da sua competência aprovar ou rejeitar parcial o interventor e os prefeitos, bem assim fiscalizar a execução orçamentária no estado e nos municípios, representando ao interventor e ao ministro da Justiça e dos Negócios Interiores os casos de irregularidades cometidas respectivamente pelos prefeitos ou Interventor Federal. O Conselho Administrativo do Ceará compõe-se de cinco membros nomeados pelo Presidente da República

Do afastamento do interventor Francisco de Meneses Pimentel do Poder Executivo estadual, em 31 de outubro de 1945, até a posse de Faustino de Albuquerque e Sousa<sup>10</sup>, em 1º de março de 1947, cinco interventores federais se revezaram no Governo do Ceará: Benedito Augusto Carvalho dos Santos (de 31/10/1945 a 21/01/1946), Acrísio Moreira da Rocha (de 21/01/1946 a 16/02/1946), Pedro Firmeza (de 16/02/1946 a 28/10/1946), Coronel José Machado Lopes (de 28/10/1946 a 04/02/1947) e José Feliciano Augusto de Ataíde (de 04/02/1947 a 1º/03/1947)<sup>11</sup>.

Este quadro de instabilidade política, porém, não desapareceu por completo com a posse do governador eleito, em março de 1947, nem com a promulgação da Constituição Estadual do Ceará, em 23 de junho do mesmo ano. A restauração da democracia política no âmbito dos municípios cearenses só se concretizou, de fato, em janeiro de 1948, quando os 79 edis tomaram posse nos municípios cearenses<sup>12</sup>.

Da promulgação da Constituição Estadual até a posse dos prefeitos eleitos, os municípios cearenses continuaram sendo administrados de modo semelhante ao período do Estado Novo. A administração municipal, conforme Projeto de Lei aprovado na Assembleia Legislativa do Estado do Ceará, em agosto de 1947, ficava subordinada ao Poder Executivo estadual, sendo, inclusive, da responsabilidade do governador nomear ou demitir prefeitos:

Art. 2º - O poder executivo dos Municípios será exercido por Prefeitos de nomeação do Governador do Estado até a posse dos eleitos.

Parágrafo único – Caberá aos prefeitos, mediante prévia aprovação da Comissão Especial da Assembleia Estadual, exercer as funções legislativas.

Art. 3º - Os projetos de decretos-leis serão encaminhados pelos Prefeitos à Assembleia Legislativa, que os submeterá ao exame e aprovação de uma Comissão Especial<sup>13</sup>.

---

dentre os brasileiros maiores de 25 anos. O seu presidente, cuja designação é feita também pelo chefe Executivo Federal, tem voto de desempate. O Interventor Federal é o chefe do poder executivo com atribuições para superintender e gerir os negócios públicos do Estado, adotando todas as providências nesse sentido, referentes à organização e administração do Estado e dos municípios; a organização e sancionamento da Lei Orçamentária depois de aprovada pelo Conselho Administrativo” (Edel Amorim. “Organização Administrativa do Estado – diretoria dos serviços parlamentares”. Fortaleza, jornal O Estado, em 22 de setembro de 1943, p. 05).

10 Faustino de Albuquerque foi o primeiro governador do Ceará eleito por voto direto após a ditadura do Governo Vargas.

11 Informações colhidas em [www.ceara.gov.br](http://www.ceara.gov.br), dia 1º de setembro de 2005.

12 Em 7 de dezembro de 1947, foram eleitos, por voto direto, 79 prefeitos no Estado do Ceará, os quais tomaram posse a 06 de janeiro de 1948 (“Hoje, a posse de todos os prefeitos”. Fortaleza, jornal O Estado, em 06 de janeiro de 1948).

13 “O Projeto de lei que regulará a administração municipal”. Fortaleza, jornal O Estado, em 28 de agosto de 1947, p. 01.

Desse modo, o pleito eleitoral para eleger os deputados estaduais e o governador do Ceará, bem como a promulgação da Constituição cearense, de imediato, pouco alterou a vida política nos municípios em relação ao regime político autoritário do Estado Novo. A condução da máquina pública pelo novo governador, de modo semelhante ao do interventor federal, expressava, de certa forma, a dificuldade de o Estado superar o regime autoritário conduzido por Meneses Pimentel. As nomeações e demissões por decretos, editados com certa frequência pelo então governador Faustino de Albuquerque, segundo os ajustes de interesses pessoais, partidários e de amizades, traziam à tona o espírito da política em curso de redemocratização no Estado do Ceará, na segunda metade da década 1940.

Para se ter uma ideia da movimentação de demissões e nomeações nos primeiros meses de administração do governador Faustino de Albuquerque (março a maio de 1947), tivemos 811 demissões e 1.242 nomeações nos cargos de prefeitos, delegados e suplentes, serventuários da justiça, funcionários não especializados, adjuntos de promotores e professores. No caso destes, foram 46 demissões e 147 nomeações<sup>14</sup>.

Esse quadro político-administrativo desenhado pelo governador eleito Faustino de Albuquerque, com nomeações e demissões ao gosto do Executivo Estadual, não se diferenciava muito da postura política dos interventores federais que o antecederam na administração estadual. Para estes, a exemplo do que aconteceu em Fortaleza, o prefeito poderia ser substituído de uma hora para outra, se assim o interventor desejasse. Prevalciam, nestes casos, os interesses político-partidários e as amizades, como ocorreu na nomeação de Romeu Martins para prefeito da Capital cearense:

Nomeado o dr. Romeu Martins para as elevadas funções de prefeito municipal de Fortaleza em substituição ao dr. César Cals de Oliveira, que foi demitido por decreto de ontem do sr. Interventor Federal. Assumirá, pela manhã de hoje, aquele cargo prestigiado membro da Executiva Estadual do P.S.D. e que, no governo do dr. Acrísio Moreira da Rocha, ocupou a Secretaria de Polícia e Segurança Pública. [Conforme declarou Romeu Martins], “creio que esse convite me foi feito em razão das relações de amizade que, há muito, existem entre a minha pessoa e o Interventor”<sup>15</sup>.

Estas medidas autoritárias do Executivo Estadual se reproduziam de modo semelhante nas administrações municipais, com as nomeações, as demissões e as transferências de funcionários públicos. Tais medidas soavam como algo natural no jogo das forças político-partidárias, pois pertencia a uma tradição política de longa duração.

---

14 “O governo eleito assinou 2.048 atos em 54 dias úteis de governo”. O Estado, 14 de maio de 1947, p. 01.

15 “Nomeado o dr. Romeu Martins”. Fortaleza, jornal O Estado, 20 de julho de 1946, p. 01.

Esta aparente naturalidade do jogo político fica patente quando se percebe que a imprensa local, por vezes, se indignava, não exatamente com a posição política autoritária do Executivo Municipal, mas com o fato de o prefeito agir contra os funcionários públicos simpatizantes da facção política majoritária ou de sua oposição. Eis o caso do Município de Solonópole:

Chaga ao nosso conhecimento que em Solonopole, ex-Cachoeira, o prefeito, num ato de vingança unicamente, está perseguindo as professoras que são partidárias da facção majoritária. Transferências de cadeiras são processadas sem motivo que justifiquem essa atitude revoltante. Precisam eles saber que a legenda pessedista foi a vitoriosa e os seus correligionários, por consequência natural, têm o direito dos postos de mando. Uma vez que os adversários ferrenhos do General Dutra ainda se apegam com unhas e dentes às prefeituras e outros cargos, seria recomendável, tivessem ao menos, uma conduta imparcial<sup>16</sup>.

As “perseguições” aos funcionários públicos de partidos oposicionistas, bem como a indicação de determinadas pessoas para substituí-los, era o modo mais habitual do chefe político local demonstrar o seu poder. Neste sentido, encontramos farto material nos jornais cearenses sobre as disputas político-partidárias, de natureza variada, entre os funcionários públicos e as facções políticas majoritárias da região.

O magistério público, de modo específico, destacava-se entre os funcionários do Estado como a profissão que apresentava maior número dos casos de perseguição político-partidária, seja no âmbito estadual ou municipal. Esta condição profissional da docência no sistema de ensino público, a exemplo do que ocorreu no Município de Sobral, também expressava a debilidade dos critérios de ingresso dos professores na rede pública, notadamente no ensino primário:

Estamos seguramente informados que foi lavrada a demissão de Dona Antonia Mourão de Souza, professora do Grupo Escolar Professor Arruda, de Sobral, por motivos evidentemente políticos. Convém ressaltar que a professora Antonia Mourão de Souza foi nomeada em 1947 por indicação do sr. José Sabóia<sup>17</sup> que, então, a um pedido do Tenente Hermógenes Tomás de Aquino, seu correligionário político, tios da professora demitida. Agora, o sr. José Sabóia resolveu desconsiderar o seu amigo Tenente Hermógenes e toda a família da professora. Porquanto, a iniciativa da demissão partiu do próprio chefe saboísta. O chefe udenista trai assim os próprios correligionários<sup>18</sup>.

---

16 “O prefeito de Solonopole”. Fortaleza, jornal O Estado, em 04 de abril de 1946, p. 07.

17 José Sabóia de Albuquerque (1871-1950) cursou Direito pela Faculdade do Recife e ocupou o Cargo de Juiz de 1892 a 1936. Foi vice-presidente da União Democrática Nacional, no Ceará. Em Sobral, era chefe político de Francisco de Almeida Monte, coronel Chico Monte, na década de 1940 (PARENTE, 2000).

18 “Continuam as perseguições, demitida uma professora de Sobral”. Fortaleza, jornal O Estado, em 29 de maio de 1949, p. 03.

Enquanto não eram eleitos e empossados os novos prefeitos cearenses, nem mesmo os dispositivos constitucionais, aprovados na Assembleia Estadual do Ceará, foram capazes de conter os ânimos do governador Faustino de Albuquerque, que chegou a exonerar “funcionários públicos que contam com mais de 20 anos de bons serviços”, “ferindo o Art. 41 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias”<sup>19</sup>.

Em seu conjunto, as medidas governamentais aprovadas no período de transição política do pós-1945, especialmente no âmbito estadual, mantinha, na sua base política e administrativa, vestígios da cultura política autoritária. Todavia, é importante ressaltar que, em alguns casos, o próprio Governo Federal chegou a reafirmar na Constituição Federal de 1946 privilégios concedidos durante o regime autoritário do governo Vargas, como as determinações prescritas no Artigo 23, do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias:

Os atuais funcionários interinos da União, dos Estados e Municípios, que contem, pelo menos, cinco anos de exercício, serão automaticamente efetivados na data da promulgação deste Ato; e os atuais extranumerários que exerçam função de caráter permanente há mais de cinco anos ou em virtude de concurso ou prova de habilitação serão equiparados aos funcionários, para efeito de estabilidade, aposentadoria, licença, disponibilidade e férias.

Por esta determinação, os servidores públicos federais, estaduais e municipais, contratados sem concurso público durante o Estado Novo, bastavam ter prestado “cinco anos de exercício”, até a promulgação da Constituição de 1946, para adquirir direitos restritos até então aos servidores públicos efetivados por concursos. Neste sentido, o Liceu do Ceará e Escola Normal, escolas consideradas menos vulneráveis às grandes influências políticas do Estado, efetivaram muitos professores sem concurso público, conforme denunciou O Estado<sup>20</sup>. Mas isto não nos causa tanto espanto, quando se leva em conta que o primeiro reitor da Universidade Federal do Ceará<sup>21</sup>, Antônio Martins Filho, nas décadas 1950 e 1960, nomeou sem concurso público “ex-alunos e amigos” para formar o quadro de funcionários dessa Instituição. Segundo ele, essa providência era necessária porque o pessoal lotado na recém-criada Universidade cearense “era bastante reduzido”, tendo, portanto, “de formar uma pequena equipe de servidores”. Posteriormente,

19 “O Governador Faustino de Albuquerque desrespeita a Constituição Estadual”. Fortaleza, jornal O Estado, em 07 de agosto de 1947, p. 01.

20 “Falhas que merecem ser corrigidas no Ensino Oficial do Ceará”. Jornal O Estado, 03/11/ 1946, p. 01 e 15.

21 A Universidade Federal do Ceará foi criada pela Lei nº 2.373, sancionada por Café Filho, em 16 de dezembro de 1954 (MARTINS FILHO, 1996).

Aquele pequeno Quadro foi gradativamente reformado e ampliado, de modo que, quando deixei a Reitoria, em fevereiro de 1967, já havia admitido, entre professores, pesquisadores, técnicos e pessoal burocrático, mais de duas mil pessoas, o que na linguagem de hoje equivale a dizer – dois mil empregos. (MARTINS FILHO, 1996, p.43 e 44).

Em relação aos cargos de magistério, sempre me portei com o máximo de rigor, não admitindo qualquer tipo de injunções políticas para o ingresso na carreira de professor. A escolha ficava sempre a cargo dos órgãos colegiados das unidades universitárias, sem intromissão até mesmo do Reitor. Quanto aos cargos burocráticos, a situação era completamente diferente. Compreendi a necessidade de retribuir aos parlamentares que nos ajudavam, notadamente na batalha orçamentária, admitindo em funções administrativas candidatos por eles indicados. Todos, deputados e senadores, foram razoavelmente contemplados, sendo em maior proporção aqueles que ajudaram de maneira mais efetiva a Instituição. Foi o caso, por exemplo, do Governador e Deputado Paulo Sarasate, sem dúvida o político mais estreitamente ligado à Universidade, da qual se tornou verdadeiro benemérito. (MARTINS FILHO, 1991, p.107 e 108).

De todo modo, o ingresso de docentes e funcionários na Universidade Federal do Ceará, àquela época, não era muito diferente do que ocorria na rede de ensino primária cearense, que tinha nas relações pessoais e/ou no patronato político local o elemento, por vezes, determinante. Neste contexto, a carreira no magistério ainda apresentava uma cara mais privada do que pública, embora a ocupação de docente começasse a se profissionalizar, a se produzir publicamente com os debates que motivaram as reformas políticas no setor da educação.

Assim, considerando os critérios de ingresso no magistério um dos elementos importantes para se analisar o processo de profissionalização do professorado<sup>22</sup>, examinaremos a seguir as normas definidas pelo Estado para a admissão de professores ao sistema de ensino. Para tanto, discutir a regulamentação do ingresso de docentes no magistério implica, inevitavelmente, tratar da formação do professorado (cursos e/ou diplomas exigidos), de sua remuneração, dos seus contratos de trabalho e do tempo de dedicação ao ensino.

---

<sup>22</sup> A profissionalização é concebida por Mark Ginsburg (1990) como “um processo através do qual os trabalhadores melhoram o seu estatuto, elevam os seus rendimentos e aumentam o seu poder/autonomia” (Apud NÓVOA, 2002, p.55).

# Índice Remissivo

## A

- Acesso à escola 8, 9
- Administração municipal 16, 45
- Administrações municipais 17
- Assembleia legislativa 16, 33
- Atendimento escolar 26, 39, 40
- Atividade docente 8, 12, 13, 26, 30, 48, 61, 62, 76, 78

## C

- Carreira no magistério 20, 75, 78
- Concurso público 19, 23, 67
- Concursos públicos 9, 21, 69
- Condições de trabalho no magistério 7, 77, 78
- Constituição cearense 17
- Constituição estadual 16, 19
- Constituição federal 15, 19, 21
- Contratos de trabalho 20, 45, 48, 52, 76
- Critérios de ingresso no magistério 20, 58, 78
- Curso de mestrado 8
- Cursos acadêmicos 30
- Cursos de qualificação pedagógica 9
- Curso superior 21, 24, 25, 26, 28, 29

## D

- Demanda escolar na rede municipal 9
- Democracia política 16
- Direito à educação 8
- Direitos restritos 19
- Disputas político-partidárias 18
- Docentes 7, 8, 9, 10, 13, 20, 21, 23, 24, 26, 28, 29, 30, 40, 42, 44, 45, 46, 48, 49, 52, 54, 55, 56, 57, 58, 59, 62, 63, 64, 69, 70, 73, 74, 75, 76, 77, 78, 80
- Docentes da rede pública e particular 7, 10

## E

- Ensino multisseriado 9
- Ensino primário 7, 9, 13, 18, 24, 29, 30, 38, 39, 40, 45, 46, 54, 59, 62, 63, 67, 73, 77, 78
- Ensino secundário 12, 21, 22, 23, 24, 27, 28, 29, 30, 33, 36, 46, 50, 54, 58, 60, 64, 65, 66, 67, 74, 76, 77, 81
- Escassez de professores qualificados 32, 74, 75
- Escolas de excelência 21
- Escolas estaduais 33, 41

Escolas federais 21  
Escolas isoladas 8, 39  
Escolas particulares 21, 23, 31, 32, 33, 36, 50, 66, 67, 76, 77, 78  
Escolas públicas 10, 21, 28, 32, 33, 35, 36, 38, 52, 69, 70, 76, 77, 78  
Escolas reunidas 39, 40  
Estado do Ceará 7, 9, 10, 11, 15, 16, 17, 21, 23, 29, 33, 34, 35, 38, 39, 42, 49, 55, 56, 58, 61, 62, 64, 65, 66, 68, 74, 77, 78  
Estrutura do ensino 22

**F**  
Formação escolar 13, 21, 60, 74  
Formação pedagógica 12, 23, 44  
Funcionários públicos 17, 18, 19

**G**  
Grupos escolares 8, 21, 38, 39, 40

**H**  
Hierarquia entre escolas 39

**I**  
Instabilidade política 16  
Instituições escolares 21  
Insuficiência de professores 9  
Interesses político-partidários 17  
Investimentos no setor educacional 7, 77

**L**  
Legislação educacional 10, 48, 59

**M**  
Magistério primário 38, 42, 48, 62, 63  
Matrículas no ensino primário e secundário 7, 77

**P**  
Padrão de qualidade na educação 21  
Perfil socioeconômico do professorado 12  
Pesquisador 10, 11, 12  
Poder executivo estadual 16  
Política educacional 7, 77  
Políticas educacionais 8, 9, 10, 40, 48, 57, 80  
Político-partidária 18  
Postura do sindicato 52  
Processo de profissionalização do professorado 9, 20, 49  
Professorado da rede primária e secundária 7

Professoras no meio rural 8  
Professor do ensino médio 12  
Professores catedráticos 10, 21, 31, 32, 33, 35, 46, 52, 53, 54, 67, 68, 70  
Profissionais da educação 8, 21, 55  
Profissionalização do magistério no meio rural 9  
Profissionalização individual e coletiva 49

## Q

Quadro político-administrativo 17

## R

Reconhecimento social do magistério 13  
Rede escolar primária 38  
Reformas educacionais 11, 13, 78  
Reformas políticas 20  
Regulamentação do magistério 7  
Remuneração 20, 33, 34, 35, 36, 37, 45, 46, 48, 50, 51, 71, 76, 77

## S

Serviços educacionais 8, 45  
Servidores públicos 19  
Setor da educação 11, 20, 43, 60  
Setor do ensino 8, 9  
Sindicato dos professores 33, 49, 50, 51, 52  
Status econômico 12  
Status social 8, 21, 35, 46, 63  
Status socioeconômico do professorado 7, 12, 77

## T

Tempo de dedicação ao ensino 20  
Trabalho docente 7, 8, 9, 10, 11, 13, 15, 26, 30, 36, 37, 42, 44, 45, 46, 47, 48, 49, 52, 55, 56, 57, 58, 60, 69, 70, 77, 78, 79, 82  
Trajetórias de trabalho 43, 44, 49, 55, 57, 59, 76

## V

Vida pessoal/vida profissional dos professores 58  
Vida privada do professorado 57



**editoraomnisscientia@gmail.com** 

**<https://editoraomnisscientia.com.br/>** 

**@editora\_omnis\_scientia** 

**<https://www.facebook.com/omnis.scientia.9>** 

**+55 (87) 9656-3565** 



[editoraomnisscientia@gmail.com](mailto:editoraomnisscientia@gmail.com) 

<https://editoraomnisscientia.com.br/> 

@editora\_omnis\_scientia 

<https://www.facebook.com/omnis.scientia.9> 

+55 (87) 9656-3565 